



Número: **0843413-06.2018.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **19ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FERNANDO SANTOS DA SILVA (AUTOR)		EMANUELL CAVALCANTI DO NASCIMENTO BARBOSA (ADVOGADO) KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIOGENES (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S/A (RÉU)		ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
56492085	04/06/2020 19:01	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
56221407	27/05/2020 15:05	<a href="#">ciente.</a>	Comunicações
55632651	08/05/2020 05:43	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

Ciente



ciente.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
19ª Vara Cível da Comarca de Natal  
AC Fórum Seabra Fagundes, 315, Rua Doutor Lauro Pinto 315, Lagoa Nova, NATAL - RN - CEP: 59064-972

---

Processo nº: 0843413-06.2018.8.20.5001

Parte Autora: FERNANDO SANTOS DA SILVA

Parte Ré: PORTO SEGURO VIDA E PREVIDENCIA S/A

**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**FERNANDO SANTOS DA SILVA**, ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT em desfavor de **PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, ambos qualificados.

Alega a parte autora que, em decorrência de acidente automobilístico ocorrido no dia 12/06/2015, sofreu lesões e diversos outros sintomas e sequelas, resultando em invalidez permanente. Informa que administrativamente recebeu o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Requer o benefício da gratuidade judiciária; a realização de perícia médica; a procedência da ação para condenar a ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas repercussões, além de custas processuais e honorários de sucumbência.

Juntou documentos, dentre eles, boletim de ocorrência (ID 31081552 – Pág. 1); boletim de atendimento de urgência (ID 31081552 – Págs. 3/4); comprovante de requerimento administrativo (ID 31081552).

Por decisão de ID 32238939, foi deferido o pedido de justiça gratuita em prol do autor.



Citada, a parte ré apresentou contestação (ID 42740491), alegando, em síntese: a ausência de laudo do IML; a ausência de nexo de causalidade; a quitação em sede administrativa; a data de incidência dos juros e correção monetária. Requereu a substituição do polo passivo pela Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT; a improcedência dos pleitos autorais. Juntou documentos relativos ao procedimento administrativo (ID 42740562).

Intimada, a parte autora apresentou réplica (ID 49187889).

Laudo pericial acostado no ID 51969449, tendo as partes silenciado (ID 54257689).

É o relatório. Decido.

Preambularmente, mister esclarecer que a ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório DPVAT pode ser movida em face de qualquer das seguradoras integrantes do convênio. A Lei nº 6.194/74 prevê, em seu art. 7º, a responsabilidade solidária das Seguradoras integrantes do Consórcio DPVAT pelo pagamento da indenização relativa ao seguro obrigatório. Desse modo, o beneficiário detém a faculdade de pleitear o recebimento da indenização ou sua complementação em face de qualquer seguradora que integre o consórcio.

Destarte, no sistema de seguro obrigatório DPVAT, as seguradoras são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações, razão pela qual, para a quitação total do valor devido, qualquer seguradora poderá ser acionada. Por tal motivo, rejeito o pedido de substituição do polo passivo.

Quanto à alegação de obrigatoriedade de laudo do IML, não prospera, posto que, em sede judicial, para mensuração da existência, tipo e grau da lesão, mister se faz a realização de perícia judicial, à qual a parte autora foi devidamente submetida.

No que tange ao pagamento administrativo realizado, assim como dito acima, discordando a parte autora do dano apontado administrativamente, pode discutir judicialmente eventual erro, ocasião em que será submetida à perícia judicial, para, assim, aferir-se o grau da lesão e o valor indenizatório. Caracterizado, pois, o interesse de agir.

O pleito inicial da parte autora é de recebimento de indenização por invalidez permanente, com arrimo na Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Sob outro prisma, note-se que, além do boletim de ocorrência, há nos autos boletim de atendimento médico, dos quais consta que o trauma é decorrente de acidente automobilístico, bem como a data do mesmo, **12/06/2015**, não restando dúvida quanto ao acidente. Assim, resta configurado o nexo de causalidade entre o acidente e a debilidade permanente de que padece o autor, fato reforçado pelo reconhecimento administrativo do nexo causal.



No presente caso, resta comprovada a **debilidade permanente de função, consoante laudo pericial confeccionado (ID 51969449), o qual conclui que o autor, em decorrência de acidente automobilístico, foi acometido de dano anatômico e/ou funcional permanente que compromete o ombro direito, no percentual de 75% (setenta e cinco por cento).**

Concernente ao valor da indenização, deve-se aplicar a norma em vigor na data do sinistro.

Aos sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/2008), convertida na Lei nº 11.945 (04/06/2009), aplica-se a regra da gradação de valores, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei nº 6.194/74.

No caso em comento, a indenização deve ser paga em proporcionalidade ao grau de invalidez da vítima, sendo o teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observada a tabela anexada à Lei nº 6.194/74 pela Medida provisória nº 451/2008. É, também, o que preconiza a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Em sendo incompleta a invalidez parcial permanente, deve-se aplicar, ainda, a redução percentual do artigo 3º, § 1º, II, da lei nº 6.194/74.

Quanto à intensidade da invalidez do autor, pode-se inferir, através do laudo técnico apresentado nos autos, que a incapacidade permanente do autor é parcial, atingindo **o ombro direito, em razão do que se aplica o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), nos moldes da tabela anexa da lei nº 6.194/74. Aponta ainda o laudo que a invalidez de tal função é incompleta, de repercussão intensa (75%).**

Aplicando-se 25% sobre o valor de R\$ 13.500,00, e, em seguida, incidindo o redutor de 75% relativo ao grau de repercussão da invalidez, tem-se a indenização no valor de **R\$2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).**

Considerando que é incontroverso nos autos que o autor recebeu no procedimento administrativo o valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), **resta ao autor o recebimento da quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos),** de modo a perfazer a indenização prevista na tabela, no valor total de R\$2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

No que diz respeito à correção monetária, em se tratando de ilícito contratual, conforme jurisprudência do STJ (REsp 1120615/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009), a correção monetária da indenização é devida a partir do efetivo prejuízo (Súmula nº 43/STJ), a saber, a data do acidente.

Considerando os juros moratórios, para fixação de seu termo inicial, não sendo a responsabilidade extracontratual, deve-se averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora. No presente caso, verifico que o termo inicial é o da citação válida e regular:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS



PESSOAS CAUSADAS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT.  
JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida.

2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (REsp 1098365/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 26/11/2009)

O percentual dos juros moratórios é o legal de 1% (um por cento) ao mês, conforme art. 406 do CC/2002 c/c o art. 161, § 1º, do CTN.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar ao autor a complementação da indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, no valor de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, que deverá ser acrescido de correção monetária, desde a data do sinistro, e juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Tendo em vista a sucumbência recíproca, condeno ambas as partes ao pagamento das custas e dos honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação, *pro rata*, na proporção de 85% a cargo da parte autora e 15% a cargo da parte ré. Todavia, em relação à parte autora, esta condenação fica sob condição suspensiva de exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do CPC, posto que esta é beneficiária da justiça gratuita.

Após o trânsito em julgado, não sendo requerido o cumprimento de sentença no prazo de 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Natal, RN, 07 de maio de 2020.

**ANDRÉA RÉGIA LEITE DE HOLANDA MACÊDO HERONILDES**

**Juíza de Direito em Substituição Legal**

*(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)*

